



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 838-A, DE 2025

(Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, para estabelecer o sensor de movimento como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. RICARDO AYRES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
VIAÇÃO E TRANSPORTES;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Viação e Transportes:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2025
(Da Sra. Dayany Bittencourt)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, para estabelecer o sensor de movimento como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, para estabelecer o sensor de movimento como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

Art. 2º O art. 136 da Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI-A:

"Art. 136.

.....

VI-A – sensor de movimento, com dispositivo de alarme sonoro;

.....

Parágrafo único. O Contran regulamentará os equipamentos e

dispositivos previstos neste artigo.

.....

Art. 320. A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante, em educação de trânsito e no custeio de sensor de movimento, com dispositivo de alarme sonoro para veículos escolares de condução coletiva, previstos no art. 136.

.....

§ 4º Os recursos previstos no § 1º também poderão ser utilizados para o custeio de sensor de movimento, com dispositivo de alarme sonoro para veículos escolares de condução coletiva previstos no art. 136.” (NR)

Art. 3º O arts. 4º e 5º da Lei nº 9.602, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), a que se refere o art. 320 da Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997, passa a custear:

I - as despesas do órgão máximo executivo de trânsito da União relativas à operacionalização da segurança e educação de Trânsito; e

II - as taxas e demais despesas relativas ao processo de instalação de o custeio de sensor de movimento, com dispositivo de alarme sonoro para veículos escolares de condução coletiva previstos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

no art. 136 da Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997.” (NR)

Art. 5º A gestão do FUNSET caberá ao órgão máximo executivo de trânsito da União, conforme o disposto no inciso XII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

.....” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa estabelecer a obrigatoriedade de instalação de sensores de movimento com dispositivo de alarme sonoro em veículos especialmente destinados ao transporte coletivo de escolares. A proposta tem como objetivo principal prevenir tragédias¹ como a ocorrida em 2023, na Zona Norte de São Paulo, onde uma criança de dois anos foi esquecida dentro de uma van escolar e veio a óbito. Casos como esse, infelizmente, não são isolados²³⁴ e evidenciam a necessidade de medidas eficazes para garantir a segurança das crianças durante o transporte escolar.

A instalação de sensores de movimento com alarme sonoro é uma solução tecnológica simples, porém altamente eficaz, para evitar que crianças sejam deixadas inadvertidamente dentro dos veículos. O dispositivo emitiria um alerta ao motorista ou responsável pelo transporte, garantindo que nenhuma criança permaneça no veículo após o desembarque. Essa medida não apenas salvará vidas, mas também trará maior tranquilidade aos pais e responsáveis, que confiam no transporte escolar como um serviço seguro e responsável.

¹ Menino de dois anos esquecido em van escolar é encontrado morto em dia de calor em SP, disponível em: <
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/11/14/menino-de-dois-anos-esquecido-em-van-escolar-e-encontrado-sem-vida-em-dia-de-calor-em-sp.ghtml>>

² Bebê de dois anos morre após ser esquecido em van escolar em Goiás: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/bebe-de-dois-anos-morre-apos-ser-esquecido-em-van-escolar-em-goias,6f9acb2549d1871eeab07576d281fccdrw6jwyfp.html>

³ Criança fica esquecida mais de quatro horas em ônibus escolar municipal no Paraná, disponível: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2024/10/29/crianca-fica-esquecida-por-mais-de-quatro-horas-em-onibus-escolar-municipal-no-parana.ghtml>

⁴ Menina de três anos é esquecida em van escolar e vai parar em oficina mecânica, no Ceará: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/06/09/menina-de-tres-anos-e-esquecida-em-van-escolar-e-vai-parar-em-oficina-mecanica-no-ceara.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Além disso, o Projeto de Lei prevê que o custeio e a instalação desses equipamentos sejam financiados por meio de recursos provenientes das multas de trânsito, geridas pelo Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET). Essa decisão estratégica evita que os custos sejam repassados diretamente aos motoristas, microempreendedores ou às famílias que utilizam o serviço de transporte escolar. Dessa forma, o PL equilibra a necessidade de segurança com a responsabilidade fiscal, garantindo que a implementação da medida não onere excessivamente os envolvidos na cadeia de transporte escolar.

A obrigatoriedade do sensor de movimento também será acompanhada de fiscalização rigorosa, com possibilidade de apreensão do veículo e aplicação de multas em caso de descumprimento. No entanto, ao garantir que os recursos para a instalação dos equipamentos venham de fontes já existentes, como as multas de trânsito, o projeto demonstra sensibilidade às realidades econômicas dos motoristas e das empresas de transporte escolar, que muitas vezes operam com margens reduzidas.

Em síntese, este Projeto de Lei combina inovação tecnológica, responsabilidade social e prudência fiscal. Ele busca proteger as crianças, prevenir tragédias e garantir que a implementação dessa medida de segurança não gere impactos negativos para os consumidores ou para os profissionais do setor. A segurança no transporte escolar é um dever do Estado e um direito das famílias, e este projeto representa um passo importante para cumprir essa missão de forma eficiente e equitativa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada Dayany Bittencourt – União/CE

Outrossim, a fim de que o Poder Público e os envolvidos possam se adequar às mudanças propostas, estabelece-se um prazo de cento e oitenta dias para a entrada em vigor da presente lei.

Por essas razões, solicita-se o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, que tem como foco a proteção da vida e a promoção de um transporte escolar mais seguro e responsável.

Gabinete Parlamentar, em 11 de março de 2025.


Deputada **DAYANY BITTENCOURT**
UNIÃO/CE





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9503-23-setembro-1997372348-norma-pl.html
LEI Nº 9.602, DE 21 DE JANEIRO DE 1998	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9602-21-janeiro-1998374807-norma-pl.html



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 838, DE 2025

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e a Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, para estabelecer o sensor de movimento como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

Autora: Deputada DAYANY BITTENCOURT

Relator: Deputado RICARDO AYRES

I - RELATÓRIO

Por força da alínea 'h', do inciso XX, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, chega a esta Comissão de Viação e Transportes (CVT), para análise de mérito, o Projeto de Lei nº 838, de 2025. O texto torna obrigatória a instalação de sensor de movimento em veículos do transporte de escolares. Para custear a medida, propõe a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).

Após a análise de mérito desta CVT, a Comissão de Finanças e Tributação se pronunciará quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto. Por fim, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá se manifestar quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposta.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime ordinário.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta Comissão.

Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 676 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5676 | dep.ricardoayres@camara.leg.br





É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em tela torna obrigatória a instalação de sensor de movimento em veículos do transporte de escolares. Para custear a medida, propõe a destinação de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).

O tema é justo e meritório e deve ser aprovado por este colegiado. Trata-se de tema de extrema importância, que diz respeito à preservação das vidas mais frágeis: as crianças.

Longe de se tratar de uma infeliz coincidência, as recentes ocorrências citadas pelo Autor são repetições de episódios frequentes há muito no Brasil e no mundo. Levantamento de um pesquisador da San Jose State University¹ aponta a ocorrência de 1038 casos fatais nos Estados Unidos da América, desde 1998. São, em média, 37 casos anuais, 28 deles só este ano, sendo que 54% das vítimas tinham até 2 anos e 73% tinham menos de 3 anos de idade. Na Europa, a questão foi abordada pelo Programa de Avaliação de Segurança Automotiva *Euro NCAP*, entidade de referência na segurança automobilística, na qual muitas exigências da Comissão Europeia se baseiam. A revisão de 2023 incluiu o tema “detecção de presença de criança” (Child Presence Detection). Segundo a entidade, “esses sistemas são cruciais e podem salvar vidas nos meses de verão quente ao identificar a presença da criança e alertar o proprietário”. No Brasil, os números são igualmente preocupantes. Estudo² de 2016 registrou 31 ocorrências com 21 mortes entre 2006 e 2015. Dessas, 71% foram esquecimento, 23% foram deixadas intencionalmente no veículo e em 3% a criança teve acesso ao veículo e se trancou.

¹ Jan Null, CCM Department of Meteorology & Climate Science - San Jose State University. Disponível em: <https://www.noheatstroke.org/>

² Costa D, Grundstein A. An Analysis of Children Left Unattended in Parked Motor Vehicles in Brazil. *Int J Environ Res Public Health*. 2016 Jul 7;13(7):649. doi: 10.3390/ijerph13070649. PMID: 27399747; PMCID: PMC4962190.





Embora os dados confirmem a existência de um grave problema, é preciso cautela ao transpor esses números para o contexto do transporte escolar e, a partir daí, propor medidas que afetam todo o serviço nacionalmente. Os dados de ocorrências se referem a veículos como um todo, e não temos dados específicos sobre ocorrências em veículos escolares.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de considerar a pluralidade de realidades com as quais convivemos no Brasil, especialmente no que diz respeito ao transporte escolar. Os quase 50 milhões de alunos matriculados no Brasil usam desde embarcações até bicicletas, passando pelo serviço de transporte público e veículos particulares para chegarem às instituições de ensino.

Como mencionado, a maioria das vítimas esquecidas em veículos tinha menos de 3 anos de idade e, ao mesmo tempo, os matriculados em creches não chegam a 10% dos alunos, segundo o censo escolar 2023 do Inep³. Já a quantidade de alunos que usa o transporte escolar é de aproximadamente 20%, o que nos permite estimar que apenas 2% dos alunos menores de 3 anos são usuários desse serviço.

Diante dessa estimativa, a despeito da gravidade das ocorrências, parece-nos temerário impor a instalação do dispositivo em todos os veículos, uma vez que, sob a ótica da proporcionalidade, a parcela dos usuários beneficiada é reduzida. Propomos, assim, que a obrigação seja imposta apenas aos veículos que transportem escolares menores de 3 anos de idade.

Além disso, a experiência internacional mostra que a instalação de sensores não é a única alternativa para lidar com o problema. Em alguns estados dos Estados Unidos, na Austrália, no Japão e na Coreia do Sul, por exemplo, a legislação permite o uso de mecanismos que forcem o motorista a verificar se alguma criança foi esquecida. No caso, um botão no fundo do veículo precisa ser desativado manualmente sempre que o motor é desligado.

Por fim, a sugestão de utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset) nos parece adequada

³ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 676 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5676 | dep.ricardoayres@camara.leg.br





por contribuir para minimizar os impactos financeiros da medida. Com o financiamento do Estado, poderemos garantir a segurança das crianças sem elevar os custos do serviço, o que poderia acarretar em aumento dos preços. Os impactos no orçamento do Fundo não serão significativos, uma vez que nossa proposta reduz o universo dos veículos a serem equipados àqueles que transportam as crianças menores.

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do PL nº 838, de 2025, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2025.


Deputado RICARDO AYRES
Relator

2025-16617





COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 838, DE 2025

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer dispositivo de detecção de presença de ocupantes no interior do veículo após o desligamento do motor como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer dispositivo de detecção de presença de ocupantes no interior do veículo após o desligamento do motor como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 136.

VI-A – dispositivo de detecção de presença de ocupantes no interior do veículo após o desligamento do motor, para veículos que transportem escolares menores de 3 anos de idade;

Parágrafo único. O Contran regulamentará os equipamentos e dispositivos previstos neste artigo.” (NR)

“Art. 320.....





§ 6º Os recursos previstos no § 1º também poderão ser utilizados para o custeio dos dispositivos de que trata o inciso VI-A do art. 136.” (NR)

Art. 3º Os art. 4º e 5º da Lei nº 9.602, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), a que se refere o art. 320 da Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997, passa a custear:

I - as despesas do órgão máximo executivo de trânsito da União relativas à operacionalização da segurança e educação de Trânsito; e

II - as despesas relativas à instalação dos dispositivos de que trata o inciso VI-A do art. 136 da Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997.” (NR)

“Art. 5º A gestão do FUNSET caberá ao órgão máximo executivo de trânsito da União, conforme o disposto no inciso XII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2025.


Deputado RICARDO AYRES
Relator

2025-16617





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 838, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Viação e Transportes, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 838/2025, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ricardo Ayres.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Rosana Valle e Marangoni - Vice-Presidentes, Bebeto, Bruno Ganem, Domingos Sávio, Flávio Nogueira, Gilberto Abramo, Helena Lima, Juninho do Pneu, Kiko Celeguim, Luiz Carlos Busato, Luiz Fernando Faria, Miguel Lombardi, Paulo Alexandre Barbosa, Rubens Otoni, Alexandre Guimarães, Alexandre Lindenmeyer, Antonio Carlos Rodrigues, Cezinha de Madureira, Gabriel Nunes, Gilson Daniel, Hugo Leal, Jonas Donizette, Leônidas Cristino, Márcio Honaiser, Nicoletti, Paulo Guedes, Ricardo Ayres e Vicentinho Júnior.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2025.

Deputado MAURICIO NEVES
Presidente





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Apresentação: 16/10/2025 09:17:23.043 - CVT
SBT-A 1 CVT => PL 838/2025

SBT-A n.1

PROJETO DE LEI Nº 838, DE 2025

SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para estabelecer dispositivo de detecção de presença de ocupantes no interior do veículo após o desligamento do motor como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer dispositivo de detecção de presença de ocupantes no interior do veículo após o desligamento do motor como equipamento obrigatório em veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 136.

.....

VI-A – dispositivo de detecção de presença de ocupantes no interior do veículo após o desligamento do motor, para veículos que transportem escolares menores de 3 anos de idade;

.....

Parágrafo único. O Contran regulamentará os equipamentos e dispositivos previstos neste artigo.” (NR)

“Art. 320.....





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

Apresentação: 16/10/2025 09:17:23.043 - CVT
SBT-A 1 CVT => PL 838/2025

SBT-A n.1

§ 6º Os recursos previstos no § 1º também poderão ser utilizados para o custeio dos dispositivos de que trata o inciso VI-A do art. 136.” (NR)

Art. 3º Os art. 4º e 5º da Lei nº 9.602, de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 4º O Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET), a que se refere o art. 320 da Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997, passa a custear:

I - as despesas do órgão máximo executivo de trânsito da União relativas à operacionalização da segurança e educação de Trânsito; e

II - as despesas relativas à instalação dos dispositivos de que trata o inciso VI-A do art. 136 da Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997.” (NR)

“Art. 5º A gestão do FUNSET caberá ao órgão máximo executivo de trânsito da União, conforme o disposto no inciso XII do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2025.

**Deputado MAURICIO NEVES
Presidente**



FIM DO DOCUMENTO